

06 de setembro de 2005

Texto na Consulta Pública	Proposta	Justificativa
1. Resolução referente aos investimentos em P&D e à elaboração do relatório demonstrativo		
Considerando que pelo menos 50 % desse valor devem ser despesas realizadas na contratação de projetos/programas em Universidades e Institutos de Pesquisa & Desenvolvimento previamente credenciados pela ANP para este fim doravante denominadas de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Credenciadas; e	1.a) Recomendamos excluir a expressão “de Pesquisa e Desenvolvimento”, alterando o texto para: Considerando que pelo menos 50 % desse valor devem ser despesas realizadas na contratação de projetos/programas em Universidades e Institutos de Pesquisa & Desenvolvimento previamente credenciados pela ANP para este fim doravante denominadas de Instituições Credenciadas; e	Considerando que o Regulamento Técnico anexo à minuta de Resolução define o termo “ <i>Instituição Credenciada</i> ”, sugerimos que onde se lê “ <i>para este fim doravante denominadas de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Credenciadas</i> ” leia-se “ <i>para este fim doravante denominadas Instituições Credenciadas</i> ”
Art 2º - Para efeitos das despesas contratadas junto às instituições de pesquisa e desenvolvimento credenciadas, até a data da publicação dessa Resolução, poderão ser aceitas as despesas qualificadas com pesquisa e desenvolvimento, realizadas nas Instituições de Pesquisa & Desenvolvimento, de renome nacional, localizadas no País, especialmente as despesas contratadas junto àquelas instituições que receberam recursos financeiros do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia para o Setor de Petróleo e Gás – CTPETRO.	1.b) Substituir o texto pela redação que segue: Art 2º - Para efeitos das despesas contratadas junto às instituições de pesquisa e desenvolvimento, até a data da publicação dessa Resolução, poderão ser aceitas as despesas qualificadas com pesquisa e desenvolvimento, realizadas nas instituições de pesquisa & desenvolvimento localizadas no País, especialmente as despesas contratadas junto àquelas instituições que receberam recursos financeiros do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor Petróleo e Gás Natural – CTPETRO.	(i) Na 1º e 2ª linhas do <i>caput</i> deste artigo, onde está escrito “ <i>instituições de pesquisa e desenvolvimento credenciadas</i> ” sugerimos que passe a constar simplesmente “ <i>instituições de pesquisa e desenvolvimento</i> ”, tendo em vista que a intenção é fazer menção às instituições ainda não credenciadas pela ANP, inclusive referindo-se o texto às despesas contratadas até a data da publicação da Resolução em questão. (ii) Na 4ª linha do <i>caput</i> deste artigo, onde se escreve “ <i>Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento</i> ” deve constar “ <i>instituições de pesquisa e desenvolvimento</i> ”, tendo em vista não ser um termo definido na Resolução, bem como não se tratar de instituição já credenciada pela ANP. (iii) Na mesma 4ª linha, sugerimos a exclusão do termo “renome nacional”, tendo em vista ser este vago e de difícil definição. (iv) Corrigir o nome do CTPETRO

Texto na Consulta Pública	Proposta	Justificativa
Art 5º - Os possíveis saldos existentes, relacionados aos valores que deveriam ser investidos até a data de publicação dessa Resolução, poderão ser realizados em até 24 meses da data de publicação desta, e os respectivos relatórios demonstrativos deverão ser encaminhados conforme o estabelecido nos itens 6 e 15 do Regulamento – Nº xxxx/2005, aprovado por esta Resolução.	<p>1.c) Substituir o texto pela redação que segue:</p> <p>Art 5º - Os valores que deveriam ser investidos até a data de publicação dessa Resolução, poderão ser realizados em até 24 meses da data de publicação desta, e os respectivos demonstrativos dos investimentos deverão ser incorporados aos futuros relatórios anuais, encaminhados conforme o estabelecido nos itens 6 e 15 do Regulamento – Nº xxxx/2005, aprovado por esta Resolução.</p>	<p>(i) Recomendamos atenção para o fato de este artigo fazer referência a possíveis saldos existentes e relacionados a valores que deveriam ter sido investidos até a data de publicação da Resolução em questão. A disposição ideal não deveria fazer menção a saldo, tendo em vista que é possível que nenhum valor tenha sido investido por algum Concessionário até a data de publicação da Resolução em questão, uma vez que a ANP ainda não havia disponibilizado a lista de Instituições Credenciadas. Sendo assim, sugerimos a seguinte redação para o início do <i>caput</i> deste artigo: “<u>Os valores que deveriam ser investidos até a data de publicação dessa Resolução, poderão (...)</u>”.</p> <p>(ii) O <i>caput</i> deste artigo estabelece que os relatórios relativos aos valores que deveriam ser investidos até a data de publicação da Resolução e que não o foram deverão ser entregues no prazo do item 6 do regulamento anexo à Resolução, que trata do prazo para as condições normais de investimento e dispõe que a entrega deve se dar até o dia 30 de setembro do ano subsequente àquele em que a Participação Especial <u>foi</u> devida. Ocorre que <u>este prazo não se adequa aos casos em que o investimento não foi realizado antes da publicação da Resolução</u>. Sugerimos, então, nova redação para o Art. 5º</p>
Art. 5º §1º - Os saldos do que trata o item anterior serão corrigidos conforme previsto no Item 9 do Regulamento – Nº xxxx/2005 aprovado por esta Resolução.	<p>1.d) Substituir o texto pela redação que segue:</p> <p>§1º - Os valores de que trata o item anterior serão corrigidos conforme previsto no Item 9 do Regulamento – Nº xxxx/2005, aprovado por esta Resolução.</p>	<p>De forma a alinharmos com a exclusão do conceito de “saldo”, conforme acima, sugerimos a seguinte redação para o início do parágrafo 1º do Art. 5º: “<u>Os valores de que trata o item anterior (...)</u>”.</p>

Sugestões para a Regulamentação da Cláusula de Investimentos em P&D

Consulta Pública ANP – Despacho do Diretor-Geral nº 873/2005



Texto na Consulta Pública	Proposta	Justificativa
Art 6º - Quando um campo pertencer a uma área de concessão detida por consórcio de empresas, todos os concessionários serão solidariamente responsáveis pela comprovação e realização de investimentos em despesas qualificadas como pesquisa e desenvolvimento, independentemente de qualquer acordo ou contrato celebrado entre eles.	1.e) Sugerimos que seja elaborada redação alternativa ao texto, para caracterizar que os concessionários não são solidariamente responsáveis pela comprovação e realização dos investimentos em P&D.	O entendimento dos membros do Subcomitê de Assuntos Legais do IBP é de que os concessionários <u>não</u> devem ser solidariamente responsáveis pela comprovação e realização dos investimentos em P&D. A responsabilidade deve ser de cada Concessionário, seguindo o modelo relativo às obrigações de pagamento de royalties / participação especial. Sugerimos utilizar o modelo relativo a royalties como referência para elaborar uma redação alternativa para o artigo.

2. Regulamento Técnico referente aos investimentos em P&D e à elaboração do relatório demonstrativo

3 SIGLAS PROMINP	2.a) Recomendamos excluir a sigla PROMINP	O PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás não é citado, em nenhuma parte do texto do Regulamento Técnico
4 DEFINIÇÕES Os conceitos adotados neste Regulamento, relacionados com as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, são aqueles abrangidos pelo Manual Frascati (Paris, OCDE, 1993), editado e traduzido no Brasil pelo CNPq – IBICT, pelo Manual Oslo (Paris, OCDE/Eurostat, 1997)...	2.b) No item 4, após a citação ao Manual Oslo (Paris, OCDE/Eurostat), sugerimos incluir: editado e traduzido no Brasil pela FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos –	A versão em língua portuguesa foi recentemente disponibilizada pela FINEP
4 DEFINIÇÕES 4.9 Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento	2.c) Excluir o termo “Atividades” do título do subitem 4.9	A proposta tem como objetivo corrigir o termo citado, de forma a não apresentar incoerência quando aparece a indicação de “despesas qualificadas com pesquisa e desenvolvimento”, oriunda dos contratos de concessão.

Sugestões para a Regulamentação da Cláusula de Investimentos em P&D

Consulta Pública ANP – Despacho do Diretor-Geral nº 873/2005



Texto na Consulta Pública	Proposta	Justificativa
7 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS 7.1 O valor-base a ser realizado em despesas qualificadas com Pesquisa e Desenvolvimento é o equivalente a 1% (um por cento) da Receita Bruta da produção do Campo no qual a Participação Especial seja devida.	2.d) Substituir o texto pela redação que segue: 7.1 O valor-base a ser realizado em despesas qualificadas com Pesquisa e Desenvolvimento é o equivalente a 1% (um por cento) da Receita Bruta da produção do Campo, no qual a Participação Especial seja devida, ou qualquer outro percentual que venha a ser definido em Contratos de Concessão assinados posteriormente a publicação desta Resolução	De forma a refletir a possibilidade de um futuro Contrato de Concessão estabelecer um percentual de investimento em P&D diferenciado, sugerimos alterar a redação do subitem 7.1.
8 DESPESAS ADMITIDAS 8.2 Poderão ser admitidas, mediante autorização prévia da ANP:	2.e) Inserir o seguinte subitem: 8.6 A ANP analisará e emitirá parecer sobre a consulta prévia prevista no subitem 8.2, reconhecendo ou não a realização dos investimentos como despesas qualificadas com pesquisa e desenvolvimento, no prazo de 30 dias da data de apresentação da consulta.	Inexiste a indicação de prazo para a ANP responder à consulta prévia prevista no subitem 8.2
8 DESPESAS ADMITIDAS 8.2.3 As despesas realizadas com projetos de implantação de infra-estrutura laboratorial, junto às Instituições Credenciadas, para atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de interesse do setor de petróleo e gás natural. 8.3 Não serão admitidos, quanto às despesas realizadas nas instalações do próprio Concessionário ou de suas afiliadas: rateios de custos administrativos, de infra-estrutura, de ensaios de rotina, serviços de assistência técnica e solução de problemas operacionais, serviços e taxas de licenças e patentes, ou quaisquer custos não vinculados diretamente àquelas atividades.	2.f) Inserir o seguinte item: 8.2.3.1 Para os efeitos das aplicações previstas no subitem 8.2.3, não serão consideradas como “Afiliadas” as instituições resultantes de consórcios ou associações sem fins lucrativos que tenham participação ou controle societário do Concessionário, formada com a participação de pelo menos um instituto de pesquisa público ou uma universidade pública ou privada, constituídas com o propósito específico de atuar em atividades de serviços tecnológicos, pesquisa, desenvolvimento e engenharia de produtos e processos, de interesse da indústria do petróleo, de forma pública, sem caracterizar um centro cativo de P,D&E ou extensão privada de suas unidades de P,D&E.	Embora possa haver participação direta ou indireta do Concessionário em determinados centros de P&D não cativos, como é o caso do CTGás – Centro de Tecnologias do Gás (Consórcio Senai + Petrobras), a possibilidade de investimentos em infra-estrutura é apenas temporal, mas que podem trazer benefícios para toda a indústria de P&G no longo prazo. Assim, é importante que tais centros possam receber recursos para a sua infra-estrutura básica, ao mesmo tempo em que os projetos de P&D sejam realizados, conforme previsto em 8.1.1.

Sugestões para a Regulamentação da Cláusula de Investimentos em P&D

Consulta Pública ANP – Despacho do Diretor-Geral nº 873/2005



Texto na Consulta Pública	Proposta	Justificativa
8 DESPESAS ADMITIDAS 8.2.5.1 Os programas tecnológicos, a que se refere o item 8.2.5, deverão ter como objetivo a viabilização dos projetos de inovação tecnológica, preferencialmente abrangendo os fornecedores de bens e serviços localizados nas cidades ou regiões em que os produtos serão utilizados, podendo compreender: infra-estrutura laboratorial e de máquinas e equipamentos necessários à implementação de novo processo produtivo resultante das modificações tecnológicas introduzidas.	2.g) Substituir o texto pela redação que segue: 8.2.5.1 Os programas tecnológicos, a que se refere o item 8.2.5, deverão ter como objetivo a viabilização de projetos de inovação tecnológica, compreendendo os investimentos em engenharia de produto, infra-estrutura laboratorial, máquinas e equipamentos, testes operacionais e outros investimentos para a produção do lote cabeça-de-série ou realização do serviço objeto do programa tecnológico.	Foi considerado de difícil avaliação a aplicação dos investimentos "preferencialmente abrangendo os fornecedores de bens e serviços localizados nas cidades ou regiões em que os produtos serão utilizados". Adicionalmente, recomenda-se melhor detalhamento na abrangência dos investimentos, com vistas a garantir a efetiva realização do processo de inovação.
8 DESPESAS ADMITIDAS 8.3 Não serão admitidos, quanto às despesas realizadas nas instalações do próprio Concessionário ou de suas afiliadas: rateios de custos administrativos, de infra-estrutura, de ensaios de rotina, serviços de assistência técnica e solução de problemas operacionais, serviços e taxas de licenças e patentes, ou quaisquer custos não vinculados diretamente àquelas atividades.	2.h) Substituir o texto pela redação que segue: 8.3 Não serão admitidos, quanto às despesas realizadas nas instalações do próprio Concessionário ou de suas afiliadas: rateios de custos administrativos, de infra-estrutura, de ensaios de rotina, serviços de assistência técnica e solução de problemas operacionais, serviços e taxas de licenças e patentes, ou quaisquer custos não vinculados diretamente àquelas atividades e que não estejam previstos no subitem 8.1.1 acima	No subitem 8.3, não ficou clara a possibilidade ou não de consideração dos custos com pessoal. As disposições do item 8.1.1 (d) e (e), que consideram tais despesas para fins de P&D, devem prevalecer. Desta forma, sugerimos acrescentar ao final da redação deste subitem 8.3 o seguinte: " <u>e que não estejam previstos no subitem 8.1.1 acima</u> ".
8 DESPESAS ADMITIDAS 8.5 Só poderão ser admitidas as despesas realizadas junto às Instituições Credenciadas, quando, na data da contratação das despesas, o credenciamento destas estiver em vigor.	2.i) Substituir o texto pela redação que segue: 8.5 Só poderão ser admitidas as despesas realizadas junto às Instituições Credenciadas, quando, na data da contratação das despesas, o credenciamento destas estiver em vigor, à exceção das despesas realizadas anteriormente à publicação da Resolução nº (.), bem como durante o período em que a ANP autorizar o investimento em instituições outras que não as por ela credenciadas, nos termos do artigo 3º da Resolução nº (.)	De forma a excepcionar a obrigatoriedade de utilização das Instituições Credenciadas no período prévio à publicação pela ANP da relação de Instituições Credenciadas, faz-se necessário adequar a redação deste item, acrescentando ao seu final o seguinte: " <u>à exceção das despesas realizadas anteriormente à publicação da Resolução nº (.), bem como durante o período em que a ANP autorizar o investimento em instituições outras que não as por ela credenciadas, nos termos do artigo 3º da Resolução nº (.)</u> ".

Sugestões para a Regulamentação da Cláusula de Investimentos em P&D

Consulta Pública ANP – Despacho do Diretor-Geral nº 873/2005



Texto na Consulta Pública	Proposta	Justificativa
9 JUROS E COMPENSAÇÕES 9.1 A partir da data em que se iniciar a inadimplência para com as obrigações previstas na Cláusula de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, os valores serão acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data-limite em que a despesa deveria ter sido efetuada até o mês anterior ao da efetiva despesa e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. 9.2.1 O valor da compensação será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC – para títulos federais, acumuladas mensalmente, calculados a partir da data da despesa efetuada a maior até o mês anterior ao da compensação e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.	2.j) Substituir o texto do subitem 9.1 pelo que segue: 9.1 A partir da data em que se iniciar a inadimplência para com as obrigações previstas na Cláusula de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, os valores serão acrescidos de juros, equivalentes à taxa indicada pelo artigo 406 do Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002), acumulada mensalmente, calculados a partir da data-limite em que a despesa deveria ter sido efetuada até o mês anterior ao da efetiva despesa. 2.k) Substituir o texto do subitem 9.2.1 pelo que segue: 9.2.1 O valor da compensação será acrescido de juros equivalente à taxa indicada pelo artigo 406 do Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002), acumulada mensalmente, calculados a partir da data das despesas efetuadas a maior até o mês anterior ao da compensação.	(i) O índice proposto para cálculo dos juros aplicáveis, em caso de descumprimento das obrigações referentes à pesquisa e desenvolvimento, é a taxa SELIC. Ocorre que, de acordo com o disposto no Novo Código Civil, artigo 406, os juros serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Pública. Este dispositivo não faz expressa menção à taxa SELIC, sendo esta apenas uma das muitas interpretações deste artigo. Sendo assim, sugerimos que os itens 9.1 e 9.2.1 deste item façam referência às regras do Novo Código Civil e não diretamente à taxa SELIC. (ii) Ademais, em caso de não cumprimento das obrigações contratuais, os mesmos itens 9.1 e 9.2.1 estabelecem que montante a ser pago como despesa e desenvolvimento deve ser acrescido de 1% no mês do pagamento. A redação deste item não está clara e permite a interpretação de que se trata de um acréscimo à taxa SELIC a cada mês, para o qual não haveria justificativa..
9 JUROS E COMPENSAÇÕES 9.4 Ficam vetadas as compensações a que se referem os itens 9.1 e 9.2 para os contratos da Rodada Zero que não foram objeto de Termo Aditivo.	2.l) Excluir, do subitem 9.4, a indicação do subitem 9.1	O subitem 9.1 não trata de compensações a que se refere o subitem 9.4
10 ANÁLISE TÉCNICA E APROVAÇÃO DOS VALORES INVESTIDOS 10.1 A análise técnica será feita por meio das informações contidas nos Relatórios Demonstrativos	2.m) Substituir o texto do subitem 10.1 pelo que segue: 10.1 A análise técnica será feita por meio das informações contidas nos Relatórios Demonstrativos	Entendemos que a ANP deve interferir o mínimo possível nas atividades dos concessionários relacionadas à pesquisa e desenvolvimento. Entretanto, o item 10.1 faz menção à possibilidade de a ANP fazer visitas técnicas nas instalações dos

Texto na Consulta Pública	Proposta	Justificativa
Anuais e documentação apresentados para comprovação dos resultados obtidos e, caso necessário, com informações produzidas durante a visita técnica às instalações do Concessionário.	Anuais e documentação apresentada para comprovação dos resultados obtidos.	Concessionários, o que não encontra respaldo no Contrato de Concessão. Ademais, esta disposição pode criar certa confusão, uma vez que grande parte das pesquisas ocorre nas instalações das instituições de pesquisa e não nas do concessionário. Desta forma, sugerimos a <u>exclusão</u> da parte final deste item, que diz “e, caso necessário, com informações produzidas durante a visita técnica às instalações do Concessionário”.
10 ANÁLISE TÉCNICA E APROVAÇÃO DOS VALORES INVESTIDOS	2.n) Inserir o seguinte subitem: 10.5 Após a realização da análise técnica das informações contidas nos Relatórios Demonstrativos Anuais, em caso de serem observadas não-conformidades, será facultado ao Concessionário um prazo de 1 (um) ano para a correção das mesmas.	Sugerimos a inclusão de um subitem neste item 10 para disponibilizar ao Concessionário um prazo para a correção das não-conformidades apontadas pela ANP, quando da realização da análise técnica.
10 ANÁLISE TÉCNICA E APROVAÇÃO DOS VALORES INVESTIDOS	2.o) Inserir o seguinte subitem: 10.6 Da decisão que rejeitar parcialmente ou totalmente o relatório apresentado caberá: 10.6.1 Pedido de reconsideração ao órgão que emitiu tal decisão, no prazo de 05 dias, contados a partir da ciência do Concessionário, ou da divulgação oficial da decisão; ou 10.6.2 Recurso administrativo à Diretoria Colegiada da ANP, no prazo de 10 dias, contados a partir da ciência do Concessionário, ou da divulgação oficial da decisão; e 10.6.3 Recurso administrativo à Diretoria Colegiada da ANP, no prazo de 10 dias contados a partir da ciência da decisão do pedido de reconsideração feito ao órgão que emitiu tal decisão.	Sugerimos a inclusão de um subitem neste item 10, de forma a prever o procedimento administrativo a ser adotado em caso de necessidade de revisão de uma decisão da ANP, com relação à análise dos relatórios.

Texto na Consulta Pública	Proposta	Justificativa
10 ANÁLISE TÉCNICA E APROVAÇÃO DOS VALORES INVESTIDOS	2.p) Inserir o seguinte subitem: 10.7 Serão acordados com o Concessionário, por meio de termo escrito, prazos para a realização de novas despesas em Pesquisa e Desenvolvimento no valor correspondente ao valor de eventuais despesas realizadas não aprovadas pela ANP em sua Análise Técnica, que poderão variar de 6 (seis) meses a 1 (um) ano	Inexiste, na Regulamentação, a indicação de prazo para atender eventuais situações em que as despesas não tenham sido reconhecidas pela ANP. Assim, para o bom andamento do processo, recomendamos prazo entre seis e doze meses.
11 VISITA TÉCNICA 11.1 A critério da ANP, poderão ocorrer visitas técnicas, a qualquer tempo, às instalações do Concessionário, ou no local onde estiverem sendo executadas as atividades de pesquisa e desenvolvimento, com o objetivo de acompanhar a execução dessas atividades, confirmar ou obter informações adicionais sobre os dados constantes dos relatórios anuais e documentação auxiliar.	2.q) Substituir o texto do subitem 11.1 pelo que segue: 11.1 Visitas técnicas poderão ser realizadas nas instalações onde forem realizadas as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, a critério da ANP, com o objetivo de confirmar ou obter informações adicionais sobre os dados constantes dos relatórios anuais e documentação auxiliar, desde que previamente agendadas com o Concessionário.	Entendemos que a ANP deva ter o mínimo de interferência possível no curso das atividades do Concessionário relacionadas à pesquisa e desenvolvimento, em especial, tendo em vista a confidencialidade dos projetos. Sugerimos, então, mudanças na redação do subitem 11.1
15 RELATÓRIO DEMONSTRATIVO	2.r) Inserir o seguinte subitem: 15.2.1 Poderão ser agregadas as despesas de diversos projetos ou programas para a comprovação dos investimentos decorrentes de um ou diversos campos produtores relacionados aos contratos de uma mesma Rodada de Licitação.	O modelo de relatório demonstrativo anual das despesas realizadas com pesquisa e desenvolvimento – Anexo A do Regulamento – já prevê tal forma de prestação de contas. Assim, recomendamos explicitar tal possibilidade no Regulamento Técnico.

3. Resolução referente ao Credenciamento das Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento junto à ANP

	Não há recomendações	
--	----------------------	--

Texto na Consulta Pública	Proposta	Justificativa
---------------------------	----------	---------------

4. Regulamento Técnico referente ao Credenciamento das Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento junto à ANP

3 SIGLAS PROMINP	4.a) Recomendamos excluir a sigla PROMINP constante no item 3.	O PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás – não é citado, em nenhuma parte do texto do Regulamento Técnico
10 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS OBJETO DO CREDENCIAMENTO	4.b) No subitem 10.2 e no Anexo A-1 “Quadro das Informações da Instituição”, inserir o seguinte subitem: g) Formação de Recursos Humanos	O subitem 10.2 trata dos grupos de serviços abrangidos pelos serviços tecnológicos passíveis de credenciamento. Considerando que o subitem 8.2.2 do Regulamento Técnico Relativo aos Investimentos admite despesas com a Formação de Recursos Humanos e, ainda, que tal modalidade de serviço se diferencia dos demais, recomendamos tal inserção.
8 DA SOLICITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO 8.1 O credenciamento é de caráter facultativo, aberto a qualquer Instituição vinculada a uma Entidade, definidas conforme Itens 6.1 e 6.3, respectivamente, de comprovada competência científica e tecnológica e que tem a capacidade de oferecer permanentemente serviços tecnológicos referentes às atividades de pesquisa e desenvolvimento em áreas de interesse do setor de petróleo e gás natural.	4.c) Inserir no subitem 8.1 a expressão “cursos de formação de recursos humanos e”, conforme segue: 8.1 O credenciamento é de caráter facultativo, aberto a qualquer Instituição vinculada a uma Entidade, definidas conforme Itens 6.1 e 6.3, respectivamente, de comprovada competência científica e tecnológica e que tem a capacidade de oferecer permanentemente cursos de formação de recursos humanos e serviços tecnológicos referentes às atividades de pesquisa e desenvolvimento em áreas de interesse do setor de petróleo e gás natural.	Esta recomendação tem como objetivo indicar a especialização “formação de recursos humanos” de forma a atender a inserção do mencionado tema no subitem 10.2 e complementar a indicação existente no subitem 7.1
10 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS OBJETO DO CREDENCIAMENTO	4.d) No subitem 10.2 e no Anexo A-1 “Quadro das Informações da Instituição”, inserir o seguinte subitem: h) Serviços de gestão administrativa de programas de formação de recursos humanos	Esta recomendação visa possibilitar a contratação de serviços de gestão de grandes programas de formação de recursos humanos, tais como o Programa de Capacitação de Recursos Humanos do PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria do Petróleo.

Sugestões para a Regulamentação da Cláusula de Investimentos em P&D

Consulta Pública ANP – Despacho do Diretor-Geral nº 873/2005



Texto na Consulta Pública	Proposta	Justificativa
8 DA SOLICITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO	4.e) Inserir o seguinte subitem: 8.5 Para os serviços de gestão administrativa de programas de formação de recursos humanos constantes no subitem 10.2, alínea (h), só poderão solicitar o credenciamento as Instituições caracterizadas como organizações de sociedade civil, sem fins lucrativos, públicas ou privadas, incumbidas, por lei, regimento interno ou estatuto, de promover ou realizar atividades que visem o desenvolvimento industrial de setores da indústria do petróleo e gás.	A recomendação visa definir as características das instituições que poderão realizar tais atividades administrativas.
10 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS OBJETO DO CREDENCIAMENTO 10.1 Os Serviços Tecnológicos objeto do credenciamento, conforme definidos no item 6.26, referem-se àqueles específicos das atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para o setor petróleo e gás natural, desde que estejam compreendidos nos grupos de serviços e nas áreas de interesse conforme definidos nos itens 10.2 e 10.3 deste Regulamento.	4.f) Inserir, no subitem 10.1, a expressão “ou decorrentes”, conforme segue: 10.1 Os Serviços Tecnológicos objeto do credenciamento, conforme definidos no item 6.26, referem-se àqueles específicos ou decorrentes das atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para o setor petróleo e gás natural, desde que estejam compreendidos nos grupos de serviços e nas áreas de interesse conforme definidos nos itens 10.2 e 10.3 deste Regulamento.	A inserção tem como objetivo incluir atividades decorrentes do processo de P&D, tais como metrologia, elaboração de normas técnicas ou a formação de recursos humanos em consequência de avanços tecnológicos que impactam o setor produtivo.
10 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS OBJETO DO CREDENCIAMENTO 10.2 Os Serviços Tecnológicos a que se refere o Item 10.1 são aqueles abrangidos nos grupos de serviços abaixo: e) ensaios laboratoriais não rotineiros;	4.g) Incluir, na alínea “e” do subitem 10.2 e no Anexo A-1 “Quadro das Informações da Instituição”, a atividade de metrologia, conforme segue: e) ensaios laboratoriais não rotineiros e metrologia	A atividade de P&D poderá necessitar, em determinados projetos, do desenvolvimento de atividades metrológicas para realização da certificação de produtos.

Sugestões para a Regulamentação da Cláusula de Investimentos em P&D

Consulta Pública ANP – Despacho do Diretor-Geral nº 873/2005



Texto na Consulta Pública	Proposta	Justificativa
10 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS OBJETO DO CREDENCIAMENTO	4.h) No item 10.2 e no Anexo A-1 “Quadro das Informações da Instituição”, inserir o seguinte subitem: i) Desenvolvimento de normas técnicas	O item 10.2 trata dos grupos de serviços abrangidos pelos serviços tecnológicos passíveis de credenciamento. Considerando que a Normalização técnica traz soluções tecnológicas de problemas, como por exemplo, homologação de produtos para fornecimento à área de petróleo e gás natural, além de tornar disponível para a sociedade brasileira os resultados da pesquisa e desenvolvimento, sendo este serviço diferenciado dos demais, recomendamos tal inserção.
8 DA SOLICITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO	4.i) Inserir o seguinte subitem: 8.6 Para os serviços tecnológicos definidos no subitem 10.2, alínea (i), desenvolvimento de normas técnicas, só poderão solicitar o credenciamento as instituições caracterizadas como organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, públicas ou privadas, que mantêm regularmente atividades de normalização técnica reconhecida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.	Embora as instituições que atuam com o desenvolvimento de normas técnicas já possuem um sistema de reconhecimento da atividade junto à ABNT, o que caracteriza a avaliação da competência técnica da instituição, é recomendável a realização de credenciamento devido as demais características de controle adotadas pelo processo de credenciamento.
11 SIGILO E DIVULGAÇÃO 11.1 Todas as informações sobre conhecimentos, tecnologias, métodos e resultados gerados e/ou fornecidos pela Instituição solicitante ou credenciada, referentes a projetos/programas de pesquisa e desenvolvimento e outros serviços tecnológicos executados por esta, serão objeto de sigilo por um período de 5 (cinco) anos.	4.j) Alterar a redação do subitem 11.1 inserindo a indicação “à ANP” após a palavra “fornecidos”, conforme segue: 11.1 Todas as informações sobre conhecimentos, tecnologias, métodos e resultados gerados e/ou fornecidos à ANP pela instituição solicitante ou credenciada, referentes a projetos/programas de pesquisa e desenvolvimento e outros serviços tecnológicos executados por esta, serão objeto de sigilo por um período de 5 (cinco) anos.	Foi identificada a conveniência em especificar o destinatário das informações.

Texto na Consulta Pública	Proposta	Justificativa
11 SIGILO E DIVULGAÇÃO 11.1 Todas as informações sobre conhecimentos, tecnologias, métodos e resultados gerados e/ou fornecidos pela Instituição solicitante ou credenciada, referentes a projetos/ programas de pesquisa e desenvolvimento e outros serviços tecnológicos executados por esta, serão objeto de sigilo por um período de 5 (cinco) anos.	4.k) Após o subitem 11.1 inserir o seguinte subitem: 11.1.1 A Credenciada deverá adotar mecanismos de sigilo sobre as informações e conhecimentos decorrentes dos serviços encomendados pelo Concessionário, de forma a cumprir com as instruções e requisitos constantes dos contratos realizados entre o Concessionário e a Credenciada.	O estabelecimento de normas para a confidencialidade ou sigilo de informações, com as definições de exceções ou autorizações especiais, deverão ser objeto dos contratos de encomenda de serviços, refletindo as práticas adotadas pelo Concessionário.
12 REQUISITOS GERAIS PARA CREDENCIAMENTO 12.1 As Instituições solicitantes deverão atender aos seguintes requisitos gerais para o credenciamento: f) compromisso em não realizar os Serviços Tecnológicos credenciados por meio da subcontratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica) não credenciados pela ANP;	4.l) Alterar a alínea “f” do subitem 12.1, conforme segue: f) compromisso em não realizar os Serviços Tecnológicos credenciados por meio da subcontratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica) não credenciados pela ANP, exceto aqueles previstos no subitem 9.4;	Como está escrito, dá a entender que nenhum serviço poderá ser subcontratado com pessoa jurídica não credenciada pela ANP. Embora essa subcontratação precise ser limitada, poderá ser necessária, devendo ser permitida para alguns serviços complementares não integrantes do “núcleo principal” do credenciamento em questão. Assim, sugere-se a alteração da alínea “ f “ e a inserção do subitem 9.4
9 TRANSFERÊNCIA DE SERVIÇOS	4.m) No item 9, inserir o seguinte subitem: 9.4 Poderão ser subcontratados serviços de terceiros, pessoa jurídica, para a produção e fornecimento, sob-encomenda, de insumos básicos, protótipo ou instalação-piloto decorrentes das especificações do projeto desenvolvido pela credenciada.	A inserção deste subitem visa permitir a contratação de eventuais serviços de terceiros, não previstos como atividade da credenciada.
12 REQUISITOS GERAIS PARA CREDENCIAMENTO 12.1 As Instituições solicitantes deverão atender aos seguintes requisitos gerais para o credenciamento:	4.n) No item 12.1, inserir o seguinte subitem: m) Possuir carta de empresa concessionária indicando a Instituição para o credenciamento.	Com a inserção do grupo de serviços “formação de recursos humanos”, há que se evitar as solicitações de credenciamento sem que haja efetivo interesse de investimento por parte das empresas concessionárias. A falta de controle de tal situação poderia gerar um grande volume de solicitações de credenciamento apenas com o intuito de facilitar a

Sugestões para a Regulamentação da Cláusula de Investimentos em P&D

Consulta Pública ANP – Despacho do Diretor-Geral nº 873/2005



Texto na Consulta Pública	Proposta	Justificativa
		<p>oferta de cursos independentes, não integrantes de um programa específico de formação de recursos humanos de interesse comum da ANP e do Concessionário, conforme previsto.</p> <p>Assim, o Comitê de Tecnologia ONIP+IBP considerou oportuno recomendar que todas as solicitações de credenciamentos sejam precedidas de indicação formal por parte de alguma empresa concessionária, já que o Credenciamento não é uma condição obrigatória de contratação dos serviços oferecidos, dependendo essencialmente do interesse do Concessionário que deverá realizar tais investimentos.</p>
<p>A-3 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O CREDENCIAMENTO</p> <p>Para a formalização do pedido de credenciamento, é necessário o envio dos seguintes documentos:</p>	<p>4.o) No subitem A-3, inserir o subitem “k”, conforme segue:</p> <p>k) Carta de empresa concessionária indicando a Instituição para o credenciamento, assinada pelo representante oficial junto à ANP, conforme item 14.3 do Regulamento Nº xxxx/2005, que define as normas de investimento.</p>	<p>Para atender ao proposto no tópico anterior.</p>
<p>13.1 Solicitação do Credenciamento</p> <p>13.1.1 Para efetuar a solicitação do credenciamento, a Instituição interessada deverá proceder de acordo com o Anexo A deste Regulamento e abrangerá duas fases sequenciais:</p> <p>a) cadastramento dos dados de solicitação, por meio dos formulários eletrônicos, via internet, usando o Sistema CST disponível no <i>website</i> da ANP; e</p> <p>b) envio à ANP da seguinte documentação: conjunto dos formulários com os dados cadastrados impressos e rubricados pelos responsáveis da Instituição e da</p>	<p>4.p) Alterar o texto da alínea “b” do subitem 13.1.1 conforme segue:</p> <p>b) envio à ANP da documentação estabelecida no ANEXO A – Procedimentos de Solicitação de Credenciamento, subitem A-3 Documentação Necessária para o Credenciamento.</p>	<p>A proposta visa evitar multiplicidade de itens com indicação da documentação necessária, concentrando a relação no ANEXO A.</p>

Comitê de Tecnologia ONIP+IBP
Subcomissão de Assuntos Legais do IBP

Sugestões para a Regulamentação da Cláusula de Investimentos em P&D

Consulta Pública ANP – Despacho do Diretor-Geral nº 873/2005



Texto na Consulta Pública	Proposta	Justificativa
Entidade, juntamente com as declarações, conforme estabelecido no ANEXO A Procedimentos de Solicitação de Credenciamento.		

5. Recomendações Gramaticais

Resolução Investimento, 2º considerando	5.a) O termo “Universidades e Institutos de Pesquisa e Desenvolvimento” não é definido nos documentos em questão e, portanto, não deverá estar escrito com letras maiúsculas.
Diversos locais	5.b) Considerando que o Regulamento Técnico anexo à minuta de Resolução define o termo “ <u>Instituição Credenciada</u> ”, sugerimos que onde se lê “para este fim doravante denominadas de <u>Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Credenciadas</u> ” leia-se “para este fim doravante denominadas <u>Instituições Credenciadas</u> ”. Recomendamos também rever outras possíveis referências ao assunto nos dois regulamentos técnicos, uma vez que encontramos, por exemplo, no item 6.1 do regulamento do credenciamento, outra forma de indicação, como segue: “a <u>instituição</u> passará a ser designada como “ <u>Credenciada</u> ””
Regulamento dos Investimentos, item 3 Siglas Regulamento do Credenciamento, item 3 Siglas	5.c) O nome correto do CTPETRO é Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor Petróleo e Gás Natural
Resolução Investimento, Art. 3º	5.d) O termo “ <u>Instituições Credenciadas</u> ” é definido pelo Regulamento Técnico anexo à minuta de Resolução e, portanto, onde se escreve “ <u>Instituições credenciadas</u> ” na 3º linha deste artigo, deve constar “ <u>Instituições Credenciadas</u> ”.
Regulamento dos Investimentos, subitem 5.1	5.e) O termo “Relatório Demonstrativo das despesas Realizadas com Pesquisa e Desenvolvimento” não é definido pela Resolução. Desta forma, o mesmo deve ser referido com letras minúsculas.
Regulamento dos Investimentos, subitem 8.2.1 e 8.2.2	5.f) Onde se escreve “ <u>Instituições credenciadas</u> ”, deve constar “ <u>Instituições Credenciadas</u> ”, por tratar-se de termo definido na Resolução.

Contato para esclarecimentos sobre as sugestões apresentadas: **Raimar van den Bylaardt**
raimar@onip.org.br ou raimar@ibp.org.br
(021) 2532-1610 ramal 252 ou 9384-1918